



SEPTIEMBRE 2015

MULHER E POLÍTICA: reflexões sobre a participação da mulher na política

Cristiane Aparecida da Silva Almeida¹

UFMG, tyancapolinario@hotmail.com

Fernanda Matos²

UFMG, fcmatosbh@gmail.com

Resumo: Neste ensaio teórico aborda-se a conceituação do termo política buscando não apenas o resgate da origem do termo, mas também utilizando-se de autores mais recentes que abordam a temática. Assim, o trabalho fornece também uma visão geral sobre o histórico da emancipação feminina, chegando ao ponto de observação proposto para o ensaio que é a participação da mulher na política. A partir de uma revisão bibliográfica busca-se conduzir a reflexões sobre importância da participação da mulher na política, seja em política de um estado ou na sociedade onde está inserida.

Palavras-chave: participação; sociedade; movimento feminista; educação para a política

Resumen: En este ensayo trata teóricos con la conceptualización de la política a largo plazo que buscan no sólo para rescatar el origen del término, sino también el uso de los autores más recientes que abordan el tema. Por lo tanto, el trabajo también proporciona una visión general de la historia de la emancipación de la mujer, hasta el punto de observación propuesto para la prueba de que es la participación de la mujer en la política. A partir de una revisión de la literatura pretende provocar reflexiones sobre la importancia de la participación de la mujer en la política es la política en un estado o de la sociedad en la que opera.

Palabras clave: participación; sociedad; movimiento de mujeres; educación política

Abstract: In this theoretical essay deals with the conceptualization of the term policy seeking not only to rescue the origin of the term, but also using more recent authors that address the issue. Thus, the work also provides an overview of the history of women's emancipation, to the point of observation proposed for the test that is the participation of women in politics. From a literature review seeks to lead to reflections on the importance of women's participation in politics is politics in a state or society where it operates.

Keywords: participation; society; women's movement; education for the policy

INTRODUÇÃO

Como destacado por Perrot (2007) as mulheres foram durante muito tempo objeto de um relato histórico que as relegou ao silêncio e à invisibilidade. Ditas como invisíveis, pois a atuação feminina se passa quase que exclusivamente no ambiente privado da família e do lar. De acordo com Mauad (2006) “o que a educação e a escolha de um certo tipo de instrução arbitravam era a forma de acesso da criança ao mundo adulto, definindo-se os papéis sociais do homem e da mulher desde a meninice”. Segundo Abrão (2009) “até os dias atuais, nota-se que a diferença de hierarquia entre os

1 Graduanda em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil.

2 Doutoranda em Administração pelo Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil.

gêneros estabeleceu a necessidade de domesticação da sexualidade feminina por meio da imposição de padrões morais de virtude”. Tornando-as assim moldáveis às “necessidades” e ao “o que é certo aos olhos da sociedade”, ferindo o ego, a independência e muitas vezes as características particulares intrínsecas de cada mulher.

Movimentos feministas ocorreram em diversos países, como na Alemanha, Brasil, França, Estados Unidos e República Tcheca, dentre outros. Em diferentes países e contextos as mulheres foram às ruas, algumas conscientes de sua atuação na mudança, outras inconscientes de sua importância no processo de evolução, também lutavam contra a ditadura, e o fim da Guerra do Vietnã. Havia desigualdade no mercado de trabalho e na educação, mulheres eram subjugadas e sofriam preconceitos arraigados, levando assim a insatisfação e luta por reconhecimento e espaço da mulher. Porém mesmo com lutas por anos e anos, a mulher ainda não conseguiu o lugar na sociedade que lhe é de direito, no emprego, na política, nas gerências de grandes empresas, cirurgiãs, presidentes (apesar do Brasil pela primeira vez na história ter elegido em 2010 uma mulher presidente), a “aceitação” e introdução da mulher em lugares que lhe seja de vontade própria ocupar, anda a passos de tartaruga quando o assunto é a igualdade de sexos. Muito se discursa que não há diferença, que esta diferença está na cabeça das feministas, porém na prática nota-se que ainda há sim, infelizmente, o preconceito, a exclusão, a separação, e a desconfiança acerca das mulheres na sociedade em lugares, cargos, profissões tidas como tipicamente masculinos.

De acordo com Birotti (2010, p.51) “a diminuição ou ausência de discriminação aberta não garante, no entanto, que o cotidiano das sociedades liberais seja livre de formas de opressão que restringem as possibilidades de autodeterminação dos indivíduos”. Assim, passado o breve relato sobre o histórico da mulher, chegamos ao ponto de observação deste ensaio, ou seja, a mulher e a política. A política, segundo Arendt (2002), deve basear-se na pluralidade dos indivíduos, independente de orientação sexual, renda, classe, etc. (...), a política trata da convivência entre diferentes, assim o homem (não como gênero, mas como ser humano) estabelece uma sociedade de interesses próximos, para a autora “o homem... existe – ou se realiza – na política apenas no tocante aos direitos iguais que os mais diferentes garantem a si próprios”.

Segundo Ferreira (2010, p.89) (re)pensar o político, é ver com outros olhos, que não os tradicionais, a história longa e complicada da mulher estabelecendo sua relevância na sociedade, que de forma tradicional e contínua foi excluída da Ciência Política em geral. Ou seja, não se pode aceitar de olhos fechados e ouvidos tapados a não presença das mulheres na política brasileira, fato ocorrido durante séculos e séculos de exclusão e opressão.

Faz necessário acrescentar a ideia de Arendt (2002) de que “os preconceitos contra a política, a concepção de a política ser, em seu âmago interior, uma teia feita de velha-caria de interesses mesquinhos e de ideologia mais mesquinha ainda(...)”, nos apontado preceitos arraigados, porém muitas vezes “cumpridos” por representantes do povo. Adicionada a posição de Ferreira (2010, p.89) quanto as formas de se (re)pensar a política, como também em obter a ruptura de barreiras no campo teórico e prático quanto a inadmissibilidade em falar acerca da democracia, participação, transformação da sociedade, ou ainda sobre a própria política, como já exposto neste trabalho.

Falar de política é buscar o desenvolvimento da sociedade, a cura de “doenças” governamentais, é almejar a transformação da sociedade como uma sociedade igualitária, justa e fiel. Que forma melhor de buscar o equilíbrio senão desenvolvendo aptidões e conhecimentos como os atenienses há tantos séculos atrás, porém claro com uma diferença, buscar desenvolver aptidões e conhecimentos tanto quanto de homens e mulheres. É interessante pensar na posição defendida por Ferreira (2010, p.92) que o discurso anti- dialético não está do lado das mulheres, não permite uma presença da mulher na política de forma a párea, tal presença permitiria uma vida nova à sociedade abandonada.

Este ensaio teórico apresenta uma reflexão sobre os termos política e a participação da mulher. O objetivo deste ensaio, portanto, é discutir o processo histórico de participação das mulheres na política. A partir de uma revisão bibliográfica, conceitua-se e explica-se política, buscando reflexões sobre importância da participação da mulher na política.

Por que discutir política?

O que é política? Segundo o dicionário Aurélio: modo de haver-se, em assuntos particulares, a fim de obter o que se deseja; ou ainda a arte de regular as relações de um Estado com os outros Estados. Bom, mas o que é estado? Weber (2003, p. 10), o definiu no artigo Política como Vocação, como “uma relação de homens que dominam seus iguais, mantida pela violência legítima (isto é,

considerada legítima)". Aristóteles (2005) diz que o fim último do Estado é a virtude, ou seja, a formação moral dos cidadãos e o conjunto dos meios necessários para isso.

A palavra política é originária do grego politikós (BOBBIO, 2000), derivando de polis aquilo que é público. Sendo público, segundo Aristóteles, deveria zelar pela formação dos cidadãos. Nesse sentido, não poderia ser identificado diferença entre gêneros, entende-se por gênero no presente estudo homem e mulher, na participação da política decisória em momentos diversos. Segundo Lima (2010, p.100) "o discurso sobre mulheres políticas marcaria um espaço social que distanciaria, de certo modo, a mulher do espaço doméstico (que lhe atribui o papel de mãe, de esposa, de educadora), do espaço religioso, do espaço da estética". Estaria aí a barreira de entrada para as mulheres no campo político?

Arendt (2002, p. 11) ressalta que a política é algo imprescindível na vida do ser e da sociedade, a política permite ao homem procurar a realização de seus objetivos coletivos e individuais. O homem é um ser social, criado para viver em forma de sociedade (ARISTÓTELES, 2005, p. 38), de forma alguma viveria só, já que é através do outro, e com o outro que ele encontra as formas de sobrevivência, segurança, buscando "meios de viver melhor". Sendo assim, o homem criou o Estado, como um instrumento regulamentador dessa convivência, "para bem viver juntos". Como mencionado anteriormente, "a política trata da convivência entre diferentes" (ARENDT, 2002, p. 7), e ainda segundo a autora seu fim é a liberdade (ARENDT, p. 14), todavia este não foi e ainda não é o fato gerador que impulsiona sua relação entre os homens, visto a devastação que ela tem causado nos últimos séculos.

No entanto, nas diversas relações humanas há política, não há como fugir dessa realidade, não há como removê-la das sociedades, deve-se atentar aos instrumentos e formas dos quais os políticos fazem uso (WEBER, 2003, p. 7). Pois é através justamente da força e coerção que eles vão perpetuar sua dominação. Mas tal dominação não deveria acontecer, segundo Arendt (2002, p. 11) e sim, a satisfação da sociedade como um todo. Mas para que tal dominação não se interrompa, há uma posição com a qual o dominador deve se manter firme na relação com os demais.

Política era entendida pelos gregos como uma ciência superior, imprescindível nas organizações sociais e incontestável pelos cidadãos acerca da influência em suas vidas. Para Aristóteles (2005), como já mencionado, era a arte de governar a cidade-estado; segundo Weber (2003) política é liderança não dependente de ação, e o uso da força é exclusivo do Estado, a qual é usada para incutir seu poder. Maquiavel foi o primeiro historiador no ocidente a utilizar o método científico de Aristóteles, esse historiador é identificado como fundador da ciência política moderna (MAQUIAVEL, BIOGRAFIA), e dizia que a política consiste em "conquistar e manter o poder ou a autoridade", e para que tal poder se mantenha é necessário ser calculista. Arendt (2002, p. 12) deseja que se entenda e enxergue por política como liberdade, uma forma de gerar desenvolvimento para a sociedade como um todo.

De acordo com Dias e Matos (2012, p. 2) política são as relações que elaboram um enredo de forma a atingir seu propósito, e ainda visam aprimorar o atingimento de objetivos, e dessa forma pode-se enxergar a política em diversas relações, como já sugerido anteriormente neste artigo, "nos jogos amorosos, nas relações de trabalho, na religião...". Sendo assim, a relação da mulher com o mundo, entendido aqui, com o estado, parentes, filhos, amigos, colegas de trabalho, etc., é portanto uma relação política, no entanto tal relação, já que ainda segundo Dias Matos (2012, p. 3) pode-se perceber a política como uma forma de interação de habilidades, destreza, perícia e atitudes através de conhecimento ao lidar com diversos conteúdos, é vivenciada a todo momento.

Ditados populares são reconhecidamente aceitos e praticados por diversas pessoas. Exemplo desse conhecimento "pregado" é o de que "política e religião não se discute". Quem elaborou esse discurso? Qual seria sua intenção ao negar, coibir ou desinteressar os cidadãos a discussão de temas tão intrínsecos e relevantes no desenvolvimento e formação da sociedade, grandes influenciadores até na formação do caráter e comportamento do ser. O objetivo não é discutir religião neste trabalho, mas sim política. E por quê não discuti-la? Neste contexto, por que não discutir a supressão da mulher também no contexto e discussões políticas?

A história da exclusão da mulher e a política

David Hume citado por Chomsky (2002, p. 49) questionava-se com "a facilidade com que a maioria se deixa governar pela minoria, a implícita submissão com que os homens entregam" os seus destinos aos governantes, pois para ele "a força está sempre do lado dos governados" (HUME apud CHOMSKY, p. 50). Segundo Weber (2003) o poder é a oportunidade de um indivíduo de fazer triunfar no seio de uma relação social sua própria vontade contra resistências, e o domínio como a oportunidade de aí encontrar pessoas dispostas a obedecer à ordem que lhes é dada. Por esse e

outros motivos vê-se a necessidade de discutir política, para que se entenda o que lhe é imposto de forma arbitrária, para conhecimento dos limites de direitos e deveres de cada cidadão, principalmente no que diz respeito, neste trabalho, aos das mulheres, que obtiveram direitos ao longo do século XX (FILHO E ALEVES, p. 137), excluídas das decisões no âmbito familiar e social por séculos e séculos.

Segundo Luchmann e Almeida (2010) a maioria das pessoas é mal informada sobre política e não está interessada, por isso o fato delas não se sentirem afetadas diretamente pela política e viverem num mundo de símbolos, mitos, e outras impressões distorcidas do “verdadeiro” mundo político. Para Arendt (2002) ao se falar de política, em nosso tempo, é preciso começar pelos preconceitos que todos nós temos contra a política – quando não somos políticos profissionais.

Política segundo Arendt (2007, p. 17) versa acerca da relação entre diferentes. Acontece em diversos meios, em diversas relações, desde a relação entre pais e filhos, à que ocorre entre chefes de estados. Há alguns anos as mulheres iniciaram a caminhada pela sua independência (BEAUVOIR, 1967, p. 10), ao considerar séculos e séculos de opressão, de ignorância por parte dos homens, elas decidiram dizer um basta. Mulheres em toda o contexto histórico foram subjugadas, quer seja pelo costume cristão de submissão ao homem, quer seja pelo trabalho em sua grande parte inferior, e ainda quer seja pelo entendimento que deviam dedicar-se apenas ao lar (FILHO e ALVES, 2009, 132). Como reflexo deste cenário, podemos observar os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nas eleições de 2014, nota-se que as mulheres representam 52,16% contra 47,80% dos homens do eleitorado. Contudo a mulher representa no Congresso Nacional apenas 10% de seu efetivo, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Identifica-se, a partir de diversos estudos, séculos de exclusão das mulheres nas decisões no contexto da sociedade, começando por lembrar a história de Atenas e Esparta, antes de Cristo, as *polis* mais importantes da Grécia. Esparta era cercada por altas montanhas de difícil transposição (FUNARI, 2002), possuía muitos minerais, e terra fértil, aos sete anos de idade todos os garotos deixavam seus pais para serem parte do exército, eles eram educados pelo estado, porém aprendiam a ler e escrever apenas o necessário, pois eram criados para ser guerreiros, já que espartanos iam sempre à guerra na conquista de terras.

Em Atenas o ensino não era obrigatório tampouco gratuito, mas acreditava-se que o desenvolvimento de aptidões tornaria o estado mais forte. Assim, os meninos começavam a estudar com seis anos de idade, sendo seus estudos constituídos por política, literatura, aritmética, escrita, música e educação física, e aos dezoito anos eram encaminhados pelo governo ao treinamento militar. Já as mulheres de Atenas tinham sua vida dedicada a casa, casadas pelos pais ainda na adolescência, se tornavam submissas aos maridos, sendo sua obediência e silêncio exemplo de virtude (FUNARI, 2002). Tem-se aí uma mínima visão da história do homem, entendido como ser humano, evidenciando as diferenças de gênero que permearam e permeiam as relações e funções na sociedade. Para Biroli (2010, p.57), a presença reduzida de mulheres é acompanhada da existência de estereótipos que remetem a certas concepções do papel da mulher nas sociedades e de sua competência para atuar na vida pública.

Para entender a relação entre mulher e homem (BEAUVOIR, 1967, p. 12) traz as formas de interação desde a mais tenra idade, como um processo lapidado por adultos, que influenciam o menino e a menina na forma como devem agir um perante o outro. Ao menino é dito que sua independência é conquistada ao não ser mais dependente, suscitando nesse instante a ideia da relação força e independência. Ainda de acordo com Beauvoir (1967, p. 14) surge então o “complexo de castração” feminino, onde o pênis é sinônimo de independência, enquanto a mulher, por não possuí-lo, não possui meios de alcançá-la. É através do pioneirismo de Beauvoir que muitas mulheres se inspiraram na luta pelo feminismo.

O movimento feminista por si, já é um movimento político, e teve suas raízes, na América, no século XVII (ALVES E PITANGUY, 1985, p. 29) onde surgiram pensamentos reconhecendo a submissão e o desejo pela alteração na vida social do país. Na Revolução Francesa (1789-1799) mulheres lutando por direitos ao lado dos homens, não perceberam retorno de suas lutas (para o gênero feminino) (ALVES E PITANGUY, 1985, p. 32) decidiram lutar por contra própria, surgindo daí o feminismo, onde há o interesse pela busca de direitos iguais entre homens e mulheres. Nos Estados Unidos, ocorreu em 1848, a primeira Convenção dos Direitos da Mulher em Nova Iorque, que foi o pontapé inicial de reunião e encontros, refletindo em criações de associações. Na Alemanha as mulheres socialistas buscavam o direito ao voto em 1895; Clara Zetkin fundou em 1890 a Internacional Socialista, passando a falar e clamar as mulheres para se juntarem ao movimento socialista (GIANNOTTI, 2004). Nos Estados Unidos iniciou-se o movimento pelo voto feminino logo no início do século XX, sendo um dos maiores movimentos feministas. Por toda a Europa eclodiam movimentos feministas socialistas apoiando o Internacional Socialista de Zetkin.

Foi Clara Zetkin e as mulheres socialistas quem definiram dia 8 de março como o dia da Mulher em 1914 (GIANNOTTI, 2004), o mesmo dia escolhido na Rússia. E em 1921 a Conferência das Mulheres Comunistas, em Moscou, URSS, escolheu o dia 8 de março como o Dia Internacional das Operárias, que haviam entrado em greve em 1914, no mesmo dia em que Zetkin havia declarado o dia como dia das mulheres, fixando assim esse dia “como a data das comemorações da luta das mulheres” (GIANNOTTI, 2004).

Marx e Engels citaram em sua obra *A origem da família, da Propriedade e do Estado* (1984) que “A opressão do homem pelo homem iniciou-se com a opressão da mulher pelo homem”, a afirmação dos autores ocorreu entre a Revolução Francesa e Clara Zetkin, tal dito infalivelmente aconteceu. O discurso feminino trata geralmente de diferença e igualdade, no entanto a começar pelo direito, observa-se que ele se atenta aos homens de forma preferencial (FILHO e ALVES, 2009), sendo necessário o discernimento de diferenças, para que haja igualdade a começar dessa base.

Santo Agostinho (SUAREZ, 2010, p. 24) traz “a questão que me tornei para mim mesmo” como o problema da natureza humana, intrínseco, e aparentemente irresolúvel. Porém não se pode tratar essa questão como inalterável, pois homens possuem discernimento, capacidade de decidir entre duas ou mais opções de forma consciente e racional. O homem, como no direito, trata as questões de forma predominantemente pendendo para o gênero masculino, segundo Souza (2009, p. 173) “o pressuposto da dominação simbólica é a sua assimilação natural e naturalizante”, ou seja a dominação masculina é vista, ou nem percebida, como um ato natural, claramente não pelas mulheres que lutam pelo seu fim, intrínseco e quase imutável na sociedade.

De acordo com Birolli (2010, p. 46) a igualdade enfrenta as exclusões de grupos sociais em diversas sociedades, ou seja, indivíduos podem desejar a igualdade, porém, há dificuldades, costumes que não dão abertura à outras formas de relacionar-se, interagir-se e/ou emancipar-se. As mulheres permanecerão em condições e posições inferiores, à deriva da sociedade. Levando assim a um “engessamento” dos “saberes”, a um “engessamento” da subjetividade da mulher, através de estereótipos de gênero. Esse engessamento oportuniza a separação dos sexos, tornando natural, praticamente imutável, segundo Bourdieu (2002, p. 17). Ainda de acordo com Bourdieu (2002, p. 26) a legitimação de masculinidade e poder advém da condensação da dominação através de sua natureza biológica, inscrito na sociedade de forma naturalizada.

Sendo assim, a mulher tratada de forma diferente ao homem, marginalizada e descartada de decisões ao longo da história, se “fortificando” no lar, nos afazeres domésticos, tal mulher acaba sendo afastada das salas de aula, do conhecimento, da dominação da história. E é esse o motivo desse trabalho, adentrar na relação que a exclusão das mulheres na sociedade pode ter acarretado em sua educação, em sua formação, em seu posicionamento perante a sociedade em assuntos diversos, e mais especificamente no seu conhecimento por política, sendo a educação potencializadora da decisão de conduta do ser (SCHLEGEL, 2010, p.12).

De Almeida (2000, p. 5) considera que as mulheres sempre pleitearam por direitos iguais aos dos homens, e dentre eles o “direito político ao voto, educação, instrução, igualdade e cidadania”, os quais, segundo a autora, permitiriam que a mulher deixasse de habitar somente o lar e adentrasse para o “espaço público”. Segundo Schlegel (2010, p.19) a educação, em diversos estudos, está entrelaçada à atividade política. E de acordo com Ferreira (2010, p.87) a participação política da mulher requer ainda muitos estudos, pois há questões por demais a serem investigadas, muitas das quais, segundo ela, são simplesmente desprezadas “por causa da discriminação nos estudos sobre a mulher”.

Brega Filho e De Brito Alves (2009, p. 134) defendem que as mulheres foram excluídas de muitas formas, sendo a principal exclusão ocorrida na educação, tal ato foi orquestrado e colocado em prática pela sociedade. Ao longo do século XIX as mulheres passaram a conseguir cursar o ensino secundário (BREGA FILHO e DE BRITO ALVES, 2009, p.134). No entanto, apesar de conseguir a penas lutas, raramente ingressavam em cursos superiores, o que foi ocorrer primeiramente nos Estados Unidos a partir da metade do século XIX, sendo apenas em 1860, sua entrada nas Universidades da Europa.

De Almeida (2000, p. 6) complementa que muito mais relevante, no processo de busca por direitos, do que o direito ao voto foi o acesso à educação e instrução, visto que esse acesso permitiria às mulheres a dominação do conhecimento para afirmar sua luta e sua libertação, por igualdade. Lipset (1967, p. 80) traz que “se não se pode dizer que um nível de educação ‘alto’ é condição suficiente para a democracia, as evidências disponíveis realmente sugerem que ele se aproxima de ser uma condição necessária”.

Somente no princípio do século XX no Brasil, é que as mulheres alcançaram efetivamente o acesso às escolas (DE ALMEIDA, 2000, p.8), não sem antagonismos. Sendo a abertura das portas para o ingresso no Magistério, tornando-se predominantemente uma profissão feminina. A educação

foi um instrumento que permitiu às mulheres ingressarem no “espaço público” (DE ALMEIDA, p. 9), requerendo seu espaço de direito. O direito ao voto feminino aconteceu em diversas datas no mundo, na Suécia ele foi adquirido em 1862; na Nova Zelândia em 1893; na Finlândia em 1906; na Noruega em 1913; na Dinamarca em 1915; na Alemanha em 1918; na Holanda, Bélgica, Áustria, Luxemburgo, Polônia, Checoslováquia, Grécia, México, Inglaterra e Estados Unidos em 1919; em Portugal foi em 1931 e somente para as mulheres que possuísem curso superior ou secundário; na França em 1945; na Itália, as mulheres enfrentavam o fascismo somente foi dada a elas o direito ao voto em 1946; na Argentina foi em 1950; e na Suíça o direito ao voto feminino só foi permitido em 1971 (DANTAS).

No Brasil o sufrágio feminino ocorreu através do decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, proposto e assinado pelo presidente Getúlio Vargas, com o qual é constituído o Código Eleitoral Brasileiro, o qual instaurava que era eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma do código, vale observar que o voto feminino não era obrigatório (BARBOSA e MACHADO, 2012, p. 99)

Se faz necessário aqui, um lembrete, de que não é interesse neste trabalho tratar acerca de política partidária ou política eleitoral, e sim da política que circunda a vida, o dia a dia das relações interpessoais, sobretudo a relação da mulher com esta última. De forma mais pertinente a relação da mulher, o grau de escolaridade e o interesse por política, e as formas que tal interesse repercutem em suas vidas, pois como sugere Brega Filho e De Brito Alves (2009, p. 140), as mulheres precisam se transformar em “indutoras da transformação social” e gerar em seu convívio íntimo o reconhecimento das diferenças enquanto empenham-se pela igualdade, para que a igualdade se torne uma “realidade social”.

Mas de que forma a mulher tem acesso à política? Ou ao entendimento por política? Já que conforme Perrot (2007, p.1) as mulheres ao longo dos anos foram condenadas ao exílio e ao silêncio perante a sociedade.

O papel da Educação para a política

Aristóteles (2005) declara em sua obra Política que a “educação se revela um dos primeiros cuidados do legislador”, devendo ser o que é partilhado igual a todos, como a educação. Neste artigo a educação tratada será a formal, a que se aprende em escolas, institutos técnicos e/ou em universidades e faculdades. Às mulheres era impugnado o direito à educação por discursos que alegavam que esse acesso tiraria da mulher “sua frágil constituição física e emocional” (DE ALMEIDA, 2000, p.8). No entanto, não foi o que se verificou, as mulheres não deixavam de dar atenção à casa e aos filhos, desempenhando assim muito bem papéis anteriormente definidos a elas, e desafiando opiniões contrárias, passaram a desempenhar papéis historicamente masculinos.

No Brasil o período entre 1890 a 1930 (DE ALMEIDA, 2000, p. 10) correspondeu na luta das mulheres na qual buscavam pela igualdade de direitos, entre tantas outras reivindicações, como o acesso ao mercado de trabalho de forma mais ampla, a sua profissionalização, seu direito ao voto, alcançado em 1932, e também ao direito de se elegerem, não abandonando sua participação no lar como esposas e mães. Ao longo do século XX puderam ser observadas diversas conquistas feministas, como o acesso à educação, ao mercado de trabalho de forma mais ampla, reivindicação buscada pelas mulheres, e na década de 1970 seu sucesso ao ensino superior foi solidificado segundo De Almeida (p. 10).

É interessante pensar em como esse acesso tardio das mulheres à educação, principalmente ao ensino superior, afetou sua participação na história, nas conquistas, em seu desempenho na família, no trabalho, nas suas relações interpessoais. De certa forma subjugadas, mal tratadas, a mercê da sociedade, principalmente, na sua relação com os homens que se sentem ameaçados pela recente ocupação das mulheres nas fábricas, nas escolas, nas chefias (ainda poucas, mas com um número inicial significativo), em profissões anteriormente masculinas. De acordo com Lima (2010, p. 101) os ambientes masculinos são aceitos como espaços particularmente “estabilizados”, o que segundo a autora leva o interesse a buscar o entendimento das “relações de poder produzidas pelos efeitos das práticas que traduzem essa presumida estabilidade”.

Carrara e Heibom (2009, p. 9) consideram que no Brasil há, em relação aos direitos, uma certa dilatação e cumprimento exercidos pelos cidadãos, e remete ao início do século XX (p. 13) onde o voto era negado às mulheres com o argumento de que elas “possuíam um cérebro menor e menos desenvolvido que o dos homens”. Como já tratado neste ensaio, às mulheres foi negado o acesso à educação durante muitos anos, porém segundo os autores não é possível se fazer “uma educação de qualidade sem uma educação cidadã, uma educação que valorize a diversidade”, e segundo Arendt cita (2002, p. 40) “a liberdade situa-se exclusivamente na esfera política”.

No entanto, segundo Arendt (2002, p. 50) a sociedade sufoca as ações, nos diferentes níveis, e ela, a sociedade, enseja uma determinada conduta, onde seria de certa forma previsível e controlado, sendo seu intento o de “normalizar”, anular o fluxo voluntário de ações ou reações “inusitadas”. Nesse sentido, este ensaio teve como propósito levantar a discussão e questionamento, mas de forma crítica, se como foi afirmado, por diversos autores utilizados para o desenvolvimento textual, a educação permitiu e permitirá que a mulher tenha uma posição e opiniões mais amplas e ouvidas em suas relações no dia a dia.

A intenção é questionar se o interesse por política, o conhecimento e a prática por parte das mulheres está interligada ou não, e de que forma à sua educação formal, considerando que política está em todos os momentos das relações coletivas (ARISTÓTELES, 2005), que é através dela que decisões importantes são tomadas, relações se permeiam dela a todo instante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em toda a história da sociedade ao longo dos anos é possível observar as relações que mediam as decisões das sociedades, de estados, de reinos, até mesmo no convívio particular, “pois aquele que não precisa dos outros homens, ou não pode resolver-se a ficar com eles, ou é um deus, ou um bruto” (ARISTÓTELES, 2005), o que para o autor é um acontecimento natural. Segundo Arendt (2002, p. 8) o que impulsiona o homem, sem dúvida alguma é a política e as repostas que ela traz, para seus problemas, suas relações suas “preocupações”, e o que acredita que pode ser modificado, melhorado, ampliado, gerar benefícios seja para si ou para outrem.

No mundo cada vez globalizado é fundamental que haja uma comunicabilidade democrática (YOUNG, 2006, p. 139), pois uma má gestão pode gerar insatisfação e não reconhecimento no outro das necessidades vistas em si, e na sociedade, como em casos de políticos e governantes eleitos, ou até mesmo, gerentes em empresas que parecem desconsiderar as emergências dos indivíduos que estão sob seu controle ou dependência, por esse e outros motivos. A igualdade apesar de ser um direito absoluto garantido em Lei, onde no Artigo 5º da Constituição de 1988 rege que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, no entanto lei não garante que a igualdade seja cumprida (FILHO E ALVES, 2009, p. 131) pois o que se observa na coabitação dos membros da sociedade é a disparidade salarial entre homens e mulheres, a história de inclusão da mulher na vida educacional foi bem mais tardia em relação aos homens, em diversas sociedades.

Sendo assim, por tudo tratado até aqui, a passividade caracterizada na “mulher ‘feminina’” desde a mais tenra idade (BEAUVIOR, 1967, p. 21) compelida por “seus educadores e pela sociedade” levou, leva e deve continuar levando a questionamentos acerca dessa passividade ainda muito observada nos dias atuais. Sendo assim, as questões levantadas neste ensaio se tornam relevantes no cenário apresentado, onde há de forma clara de acordo com a bibliografia exposta, grandes diferenças educacionais ao longo dos séculos entre a mulher e o homem. Brega Filho e De Brito Alves (2009, p. 140) associa a discriminação no convívio entre homens e mulheres com as “opressões, sofrimentos e discriminações sofridas pelas mulheres no passado”, e cabe acrescentar no trabalho a posição de Ferreira (2010, p. 90) quanto a participação política da mulher, que ratifica que as mulheres não foram convidadas a “participar diretamente do processo político”, mas que tal inserção não se fez de forma satisfatória, apesar de muito se tentar, vê-se como resulta a isso desigualdades sociais nos contextos em que as mulheres estão presentes.

O que conduz à reflexões da importância da participação da mulher na política, seja em política de um estado, seja nas decisões e tratados políticos da empresa onde trabalha, seja na escola onde estuda ou atua como professora, funcionária ou colaboradora, seja nas relações em seu âmbito familiar, seja na sociedade onde está inserida, enfim, tentar elucidar a relação que a escolaridade da mulher possui com o seu interesse ou não por política.

REFERÊNCIAS

- ABRÃO, Larissa Guimarães Martins; HELENA, Maria. A participação política da mulher: uma análise do ponto de vista psicológico, Editora UnB, Instituto de Psicologia, Tese (doutorado), 2009.
- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. O que é feminismo. Editora: Abril Cultural/Brasiliense, 1985.
- ARENDT, Hannah. O que é política?, Editora: Bertrand Brasil, 3ª ed., 2002.
- ARISTÓTELES. Política. São Paulo: Martin Claret, 2005.

BARBOSA, Erivaldo Moreira; DOS SANTOS MACHADO, Charliton José. Gênese do Direito do Voto Feminino no Brasil: Uma Análise Jurídica, Política e Educacional. *Revista HISTEDBR On-Line*, v. 12, n. 45, p. 89-100, 2012.

BEAUVIOR Simone de. O segundo sexo: a experiência vivida. 2ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BIROLI, Flávia. Mulheres e política nas notícias: estereótipos de gênero e competência política. *Revista crítica de ciências sociais*, Ed. 90, p. 45-69, 2010.

BOBBIO, Norberto. Teoria Geral da Política. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. 2ª edição, Editora: Bertrand Brasil, 2002.

BREGA FILHO, Vladimir; DE BRITO ALVES, Fernando. O direito das mulheres: uma abordagem crítica. *Revista Argumenta*, v. 10, n. 10, p. 131-142, 2009.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha; AMADO, Tina. Estudos sobre mulher e educação: algumas questões sobre o magistério. *Cadernos de pesquisa*, n. 64, p. 4-13, 2013.

CARRARA, Sérgio Carrara; HEIBOM, Maria Luiza. Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Rio de Janeiro: CEPESC, Brasília : SPM, 2009.

CHOMSKI, Noam. O lucro ou as pessoas? Neoliberalismo e ordem global. Rio de Janeiro, Betrand Brasil, 2002.

CRESWELL, John W. Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2ª ed., 2007.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA BRASILEIRA DE 1988, disponível em: http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_5_.shtm, acessado em 25/04 às 17:10h.

DANTAS, Tiago. Sufrágio Feminino. em Política Disponível em <http://www.mundoeducacao.com/politica/sufragio-feminino.htm>, acessado em 25/04/2015 às 14:20h.

DA SILVA, Edna Lúcia; MENEZES, Estera Muzkat. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. UFSC, Florianópolis, 4a. edição, 2005.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade e do estado. Editora: civilização brasileira, 9ª ed. 1984.

DE ALMEIDA, Jane Soares. As lutas femininas por educação, igualdade e cidadania. *Revista brasileira de estudos pedagógicos*, v. 81, n. 197, p. 5-13, 2000.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. Políticas Públicas: Princípios, propósitos e processos. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

DICIONÁRIO AURÉLIO disponível em <http://dicionariodoaurelio.com/politica> , acessado em 26/03/2015 às 21:20h.

FERREIRA, Erinalva Medeiros. Reflexões sobre a participação política da mulher. *Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos*, v. 3, p. 87-94, 2010.

FUNARI, Pedro Paulo. Grécia e Roma, Vida pública e vida privada, cultura, pensamento e mitologia, amor e sexualidade, p.26-44, 2ª cd São Paulo: Contexto, 2002.

GIANNOTTI, Vito. O dia da Mulher nasceu das mulheres socialistas, 8 de março de 2004. Disponível em <http://www.piratinga.org.br/memoria/mulheres-vito.html>, acessado em 19/04/2015 às 14:25h.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas S.A., 2002.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Atlas S.A., 6ª ed., 2008.

IBGE. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2008/projecao.pdf; acessado em 27/03/2015 às 21:15h.

LIMA, Fernanda Fernandes Pimenta de Almeida. Entre o diálogo e a (re)significação do sentido: um olhar sobre a identidade da mulher política. *BAKHTINIANA*, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 99-112, 1o sem. 2010.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn; ALMEIDA, Carla Cecília Rodrigues. A representação política das mulheres nos Conselhos Gestores de Políticas Públicas, *Revista Katálysis*, v.13, p. 86, 2010.

LIPSET, Seymour Martin. O homem político. *Zahar*, 440 páginas, 1967.

MAUAD, A. M. A vida das crianças de elite durante o Império, In: Del Priore, M. (org) Histórias das Crianças no Brasil, 5ª ed., São Paulo: Contexto, 2006.

PERROT, Michelle. Minha história das mulheres, São Paulo: Contexto, 2007.

RODRIGUES, Carla. Butler e a desconstrução do gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 13, n. 1, p. 179-183, 2005.

- DE SOUZA, Sandra Duarte. Educação, trabalho e socialização de gênero: quando ser mulher pesa mais na balança da desigualdade social. *Educação & Linguagem*, v. 11, n. 18, p. 170-185, 2009.
- SUAREZ, Rosana. HEIDEGGER: DE AGOSTINHO A ARISTÓTELES. *Kriterion: Revista de filosofia*, vol.5,1 no.121, p. 21-46, Belo Horizonte Junho de 2010.
- TSE. Disponível em <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2014-resultado>; acessado em 26/03/2015 às 22:30h.
- VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. *Rev Socerj*, v. 20, n. 5, p. 383-386, 2007.
- WEBER, Max. A política como vocação, Editora UnB, 110 p., 2003.
- Wirtschaft und Gesellschaft, t. I, cap. 1º, § XVI, pág. 28.
- <https://anos60.wordpress.com/2008/04/07/a-queima-dos-sutias-a-fogueira-que-nao-aconteceu/>
- YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. *Lua Nova*, v. 67, p.7 139-190, 2006.